



Publicado em 09/12/2025 - 19:43

## **Secretário da Fazenda de Maringá fez transações de até R\$ 1 milhão para operador financeiro ligado ao tráfico internacional, aponta investigação**

---

*Durante operação realizada na quinta-feira (16), foram apreendidos três carros de luxo na casa de Carlos Augusto Ferreira. Em nota, o secretário disse não ter conhecimento sobre os crimes investigados.*

Por Rafael Torquato, Helena Krüger, Laura Nobre, Carolina Wolf, Izabelly Fernandes, Douglas Maia, g1 PR e RPC

Atualização: No fim de novembro, a Justiça Federal reconheceu um erro da Polícia Federal e determinou o arquivamento de parte do inquérito da PF que investigava o secretário de Fazenda de Maringá, Carlos Augusto Ferreira. Após a apreensão do celular de Ferreira durante a segunda fase da Operação Mafiusi, a polícia descobriu que o "Carlos" citado em conversas entre os integrantes do esquema não era o secretário.

Uma investigação da Polícia Federal aponta que Carlos Augusto Ferreira, atual secretário da Fazenda da cidade de Maringá, no norte do Paraná, fez transações de até R\$ 1 milhão para operador financeiro ligado ao narcotráfico internacional. A RPC, afiliada da TV Globo no Paraná, teve acesso ao documento da Justiça Federal que fundamenta a autorização do cumprimento de mandados contra investigados na segunda fase da Operação Mafiusi, que tem como foco um esquema de lavagem de dinheiro.

Nesta quinta-feira (16), agentes da Polícia Federal (PF) foram até a casa do secretário e apreenderam três carros de luxo. Os veículos são das marcas Ferrari – avaliado em mais de R\$ 2 milhões –, Porsche e Mercedes-Benz.

Em nota, o secretário disse não ter conhecimento sobre os crimes investigados pela PF, e que nada de ilícito foi encontrado na casa dele. "Assim que tivermos acesso ao inquérito policial informaremos maiores detalhes", escreveu. Leia a nota na íntegra abaixo.

A investigação inclui dados extraídos do celular de um homem apontado como operador financeiro de um esquema de lavagem de dinheiro ligado ao tráfico internacional de drogas. O delegado da Polícia Federal Eduardo Verza explica como o grupo atuava: "Nós encontramos evidências diretas de ações de remessa de droga. E toda ação de remessa de droga, necessariamente, precisa ter a movimentação financeira para que esse valor seja recebido. Então, para isso eles utilizam contas de laranjas, contas de empresas de fachada. [...] Eles se utilizam da estrutura do mercado formal para lavar o dinheiro do crime organizado. Pra que esse dinheiro possa retornar para eles com uma aparência lícita."

O documento mostra trocas de mensagens entre o secretário e o operador financeiro do esquema, entre 2022 e 2024. Na época, Carlos Augusto Ferreira era presidente do Pinbank, uma instituição financeira digital (empresas conhecidas como fintechs). As conversas, segundo a investigação, indicam que Ferreira "oferece a estrutura da fintech para movimentação de recursos" cuja origem é suspeita.

Em nota enviada ao g1, o Pinbank informou que Ferreira foi Diretor-Presidente por 18 dias e não tinha "poderes para representar ou se manifestar em nome da companhia". O vínculo, conforme o banco, não existe mais. Leia abaixo a nota na íntegra.

No documento, os investigadores apontam indícios de que Ferreira sabia da origem ilegal dos valores movimentados. Em uma conversa registrada no dia 20 de dezembro de 2022, o operador financeiro pede para que Ferreira auxilie em uma transação de R\$ 40 mil.

O pedido era para que o valor fosse enviado para duas contas distintas, sem que a movimentação saísse diretamente da conta do investigado. A autoridade policial afirma que o objetivo seria "dissimular a origem dos recursos".

Em outro momento, no dia 24 de abril de 2023, o operador financeiro pede para Ferreira uma autorização especial para creditar R\$ 1 milhão na conta dele, dizendo que o valor seria referente à venda de um imóvel. Para os investigadores, a transação imobiliária foi feita em uma "simulação negocial com o objetivo de ocultar bens."

Na mesma conversa, o operador financeiro cita o nome de uma distribuidora de combustíveis que já havia sido mencionada na investigação como sendo uma das supostas empresas utilizadas pela organização criminosa para lavagem de dinheiro do tráfico.

"O fato de ter mencionada o nome da referida empresa seria mais um indicativo de que CARLOS AUGUSTO teria conhecimento de que os recursos movimentados [...] seriam de procedência ilícita", aponta o documento.

Em nota, a Prefeitura de Maringá confirmou que o secretário pediu licença temporária para esclarecer os fatos e que, antes da nomeação, nenhuma certidão exigida identificou irregularidades no histórico de Ferreira. Leia a nota na íntegra:

A Prefeitura de Maringá informa que o objeto da investigação não tem relação com a gestão municipal. O secretário da Fazenda Carlos Augusto pediu licença temporária para se dedicar totalmente a esclarecer os fatos.

O município destaca que, no processo de nomeação dos secretários, todas as certidões exigidas são devidamente verificadas, e que o servidor não apresentou qualquer registro que o desabonasse.

A Prefeitura reitera a confiança nas instituições, no devido processo legal e no direito à ampla defesa.

O município informou no fim da tarde de quinta-feira que o superintendente da Secretaria de Fazenda, Alessandro Barbosa, vai assumir o cargo de forma interina.

### **Leia a nota do Pinbank na íntegra:**

O Pinbank informa que o Secretário da Fazenda de Maringá, Carlos Augusto Ferreira, foi indicado em 17 de abril de 2024 para o cargo de Diretor-Presidente da instituição, permanecendo designado por 18 dias, período em que atuou apenas como consultor, sem poderes para representar ou se manifestar em nome da companhia. A designação não chegou a ser efetivada e foi posteriormente suspensa por não atender os requisitos formais.

A instituição destaca que não mantém qualquer vínculo atual com o referido Secretário e reitera seu compromisso de transparência e colaboração com as autoridades competentes.

### **O que diz a defesa do secretário**

#### **Leia a nota do secretário na íntegra:**

Hoje, 16 de outubro de 2025 as 06:30 da manhã fui surpreendido por equipe da Polícia Federal, equipe de Londrina, com um MANDADO DE BUSCA E APREENSAO, em minha residência, os quais foram recebidos e nos colocamos a

disposição tendo colaborado com as autoridades naquilo que me foi solicitado.

Desconheço do que se trata pois não tivemos, ainda, acesso ao conteúdo do Inquérito que corre na 23ª Vara Federal de Curitiba sob sigilo, apenas sabemos que os fatos iniciais são de 2022, tendo o numero IPL 2022.0054361-SR/DPF/PR, neste período minha única ocupação era como Executivo do Grupo Empresarial de Saúde Nacional não tendo outra atividade empresarial, consultoria ou participei de Conselhos de Administração de qualquer empresa.

Em minha residência, posso afiançar, que nada ilícito ou obtido de forma torpe foi encontrado e vamos ultimar esforços com nosso advogado para ter maiores detalhes e esclarecer os fatos.

No meu histórico profissional, como Executivo Sênior e Empreendedor a décadas nenhuma mazela foi identificada, assessorei diversos clientes em assuntos específicos nas competências que possuo, fusões, aquisições e melhoria de performance.

Saliento que esta fase de inquéritos diz respeito a prospecção probatória onde não se pode exercer o amplo de direito de defesa ou, ainda no meu caso, qualquer obstaculização e ações das autoridades, o que respeito e respeitarei sempre.

Assim que tivermos acesso ao inquérito policial informaremos maiores detalhes.

Na condição de Secretário Municipal da Fazenda solicitei ao Sr Prefeito licença para ter acesso e compreender o teor do Inquérito e providenciar minha defesa naquilo que couber e certamente demonstrará total isenção e nenhuma ligação com os fatos em Investigação.

## **Operação**

O objetivo da operação, segundo a PF, é desarticular o núcleo financeiro de uma organização criminosa que movimenta e faz a lavagem do dinheiro do narcotráfico internacional. Para isso, foi apurada a existência de uma rede de pessoas físicas e jurídicas.

Esta é uma nova fase da Operação Mafiusi, que foi deflagrada em dezembro de 2024. À época, a investigação apurou que o dinheiro é movimentado em espécie e por câmbio paralelo. Para isso, eram usadas fintechs e empresas de fachada. Documentos fictícios foram criados para justificar a origem dos valores, forjando serviços de locação de veículos e máquinas, por exemplo.

Há também a suspeita de que o mesmo grupo pagou R\$ 9.250.000,00 em cotas do São Caetano Futebol Clube, de São Paulo, com o dinheiro do tráfico internacional. Esse valor, conforme a investigação, foi dividido em parcelas, com entrada de R\$ 5.300.000,00 antes da assinatura do contrato.

Em nota, o clube disse que a ligação com as pessoas investigadas acabou há "vários anos". Também afirmou que a gestão atual é composta por profissionais com décadas de atuação no futebol. Leia abaixo o comunicado na íntegra.

Nesta quinta-feira, foram cumpridos 12 mandados de busca e apreensão e três de prisão preventiva em Maringá, Curitiba, São Paulo (SP), Santana de Parnaíba (SP), São Bernardo do Campo (SP), São Caetano do Sul (SP), Ribeirão Pires (SP), Peruíbe (SP) e Jardinópolis (SP).

No total, houve bloqueio de aproximadamente R\$ 13.890.000,00 em bens, contas bancárias e aplicações dos investigados.

### **Leia a nota do São Caetano Futebol Clube na íntegra:**

O São Caetano Futebol Clube esclarece que algumas das pessoas mencionadas na nova fase da Operação Mafiusi, deflagrada nesta quinta-feira (16) pela Polícia Federal, tiveram vínculo com o clube apenas por um curto período de tempo, em gestões anteriores, não sendo pessoas oriundas do meio esportivo.

Essas pessoas deixaram de exercer qualquer atuação perante o São Caetano Futebol Clube há vários anos.

O Clube é administrado por uma gestão profissional, composta por dirigentes e colaboradores com comprovada atuação no futebol há décadas, e nunca tiveram mácula que desabone sua atuação profissional.

Desde então, o São Caetano Futebol Clube vem passando por um amplo processo de reestruturação e fortalecimento institucional, com foco na transparência, na gestão responsável e na valorização do esporte, inclusive o clube obteve na Justiça o deferimento de seu pedido de recuperação judicial, medida que tem permitido a organização de sua estrutura administrativa e financeira, garantindo maior eficiência, sustentabilidade e capacidade de retomada de seu histórico papel de destaque entre os grandes clubes do futebol brasileiro.

Nos últimos anos, o São Caetano tem alcançado importantes conquistas no futebol, além de formar e revelar diversos atletas profissionais, que hoje representam o clube em competições oficiais como o Campeonato Paulista e a Copa do Brasil.

O clube reafirma seu compromisso com a ética, a transparência e o desenvolvimento do esporte, colocando-se à disposição das autoridades competentes para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Leia mais notícias no g1 Paraná.

<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2025/10/17/secretario-da-fazenda-de-maringa-transacoes-investigacao.ghtml>

**Veículo:** Online -> Portal -> Portal G1

**Seção:** Investigação